

ATES ESPAÇO & ÇO & DEBATES

BALANÇO DA PESQUISA URBANA
NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

- C. Topalov
- L. Coraggio
- F. Carrión
- E. Pradilla
- H. Coing



23

A PESQUISA URBANA NO EQUADOR *

Fernando Carrión M. **

Tradução de Mario Henrique Simão d'Agostinho

1. O início da pesquisa urbana no Equador

É relativamente difícil precisar a origem cronológica de um campo ou área de conhecimento de um país determinado. Ainda mais se se tem em conta que tanto a constituição teórica de um campo de conhecimento ultrapassa as fronteiras nacionais, como o objeto empírico de estudo é anterior à sua constituição teórica. Isto é, precede-a e é uma condição necessária porém insuficiente. Para o nosso caso, este objeto é a "cidade", que historicamente existe no Equador, segundo algumas hipóteses, desde a conquista espanhola (Carrión, F. 1986) (1); no entanto um pensamento relativamente consistente sobre ela recém se inicia quando o processo de urbanização encontra-se constituído (Carrión, F. 1986). Mas, este é um pensamento onde a cidade ainda não aparece claramente delimitada com particularidades próprias e é tratada mais propriamente de forma indireta pelos historiadores, filósofos, novelistas.

As visões de cidade que daí sobressaem, todavia, são elementares, onde a implicação de métodos, conceitos e técnicas de caráter "científico" ainda não aparece. A cidade é concebida "setorialmente", como cenário de acontecimentos ou simplesmente como um aderção a interpretações provenientes de outros campos. Vale dizer, constituída a partir de sua presença indireta como "variável dependente". Pode-se apontar alguns exemplos ilustrativos como os de Vargas sobre arte, de Andrade sobre política, de certos viajantes sobre o cotidiano, de literatos sobre a cultura (Icaza) ou a violência (Gallegos Lara), entre outros.

Na década de quarenta o pensamento sobre a cidade equatoriana redefine-se, graças aos "precursores" da "investigação urbana" no Equador, os arquitetos Gatto Sobral e Jones Odriozzola, uruguaios de nascimento, que trazem as teorias do urbanismo moderno e do funcionalismo próprias dos congressos de arquitetura moderna (CIAM); esta redefinição tem por base a realização de estudos que visam à formulação dos denominados planos reguladores em algumas cidades equatorianas: Quito, Latacunga, Ibarra, entre outras. Desta maneira, mais do que apresentar resultados de investigações urbanas propriamente ditas, o que se prefigura é uma imagem desejada de cidade: ainda que tal, infelizmente, relacione-se mais com os modelos ideal-especialistas trazidos do exterior do que com a realidade urbana existente no país.

* Texto apresentado ao Seminário *La investigación en América Latina: caminos recorridos y por recorrer*. Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito, Equador, setembro, 1987. Uma versão mais desenvolvida dessa exposição encontra-se publicada no livro *"El proceso urbano de la ciudad ecuatoriana: balance y antología"*, publicado com o apoio de ILDIS e CIUDAD. O presente trabalho faz parte de um projeto de investigação de maior envergadura que estamos realizando graças aos auspícios outorgados pelo Consejo Nacional de Universidades y Escuelas Politécnicas (CNUEP) e o Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (CIID), nos marcos institucionais da Faculdade de Arquitetura da Universidad Central e o Centro de Investigaciones CIUDAD. O projeto busca realizar uma avaliação da investigação urbana no país.

** Pesquisador do Centro de Investigaciones CIUDAD.

ESPAÇO & DEBATES Nº 23 - 1988

O enfoque fundamental do pensamento sobre a cidade pode ser resumido nos seguintes pontos: um que procura tratar a cidade com preocupação independente de outras e outro que a cidade é vista como algo desejável e construtível para o futuro mediante a planificação. Ou seja, há uma definição dinâmica da mesma (3), onde a vontade política pode ter um papel decisivo. O urbano assume a condição de problemática local com âmbito geral, ainda que não adquira dimensões nacionais. A visão de cidade definida pelos precursores é apropriada pela sociedade local através de seu governo municipal, que se encontra em processo de urbanização.

Infelizmente, esta primeira abordagem não teve continuidade entre outras coisas, porque as ciências sociais se enclausuraram em trabalhos ensalísticos de tipo "global", que foram naquele momento muito importantes, mas que impossibilitaram-na de se ocupar com alguns de seus campos (v. gr. urbano) como ou desde a totalidade, e porque esta tradição espacialista viu-se truncada por suas próprias limitações: visão idílica do urbano, na medida em que o espaço era, por si, a explicação da cidade; o que impedia, portanto, que apreendesse as forças sociais capazes de encarnar seu interesse particular em um interesse mais amplo. De alguma maneira, vivia-se a antítese do processo seguido pelas ciências sociais, finalizando, também porque a sociedade e o Estado Nacional ainda não logravam transcender além de seus âmbitos locais.

Esta concepção novamente renasce nos anos setenta, porém, diferentemente da anterior, como parte de uma iniciativa global do Estado para controlar a vida social urbana. Desta vez não é uma proposição surgida a partir do local; ao contrário, denota o interesse por constituir-la em problemática com âmbito nacional, a partir do nacional. Não apenas isto, mas o faz de uma maneira que reenquadra o sentido de transformação ou de futuro no de apoio às tendências gerais do processo urbano, e o faz através de uma visão da realidade totalmente fragmentada que não permite ver a cidade como unidade. O discurso será muito mais tecnocrático, levando a "visão humana" que transmitiram os "precursores" a desaparecer por completo no conjunto de cifras, fórmulas.

Em geral, são estudos isolados, realizados por investigadores que não têm rigor teórico, e relatam a inexistência de uma visão do urbano como totalidade. Sem dúvida, isto não deve levar-nos a sustentar critérios pejorativos ou, inclusive, reduzi-los a uma função de antecedentes do momento "fundacional". São documentos de grande valor histórico e, portanto, também acadêmico.

Este processo de construção de um pensamento sobre a cidade, esquemática e sucintamente descrito, entra em uma fase definitiva quando a problemática urbana passa a ser vista como objeto de interesse com características próprias, existindo um grupo de "especialistas" que tratam-no com relativo rigor teórico-metodológico. Desta maneira, a investigação urbana no Equador tem uma vigência recente, que inclusive não chega a um lustro de idade. Sua constituição pode encontrar-se desde fins da década de setenta e princípios de oitenta. Através deste corte temporal buscamos demarcar o momento "fundacional do campo", como temos já denominado o período.

Conceituamos este momento da investigação como recente em relação aos seguintes as-

pectos: em primeiro lugar, comparativamente a outros campos, como, por exemplo, a investigação sobre a questão agrária que, segundo Pachano (1985), tem desenvolvimentos significativos desde a década de sessenta. Em segundo lugar, comparando-a a nível geral latino americano, onde a investigação urbana remonta-se, segundo Hardoy (1987), aos inícios da década de sessenta. Mas também, na medida em que a existência do urbano como problemática social com interesse nacional é reconhecida desde princípios dos anos setenta. Sua legitimidade é anterior à sua constituição como campo de investigação académica (2).

O período “fundacional” dos estudos sociais urbanos encontra sua explicação na confluência de três situações: o crescente processo de urbanização que vive o país, a ponto do urbano converter-se em problemática de interesse nacional; o nível de evolução alcançado pelas Ciências Sociais no Equador (seja desde sua perspectiva teórico-geral e/ou desde as temáticas próprias do urbano); e a formação dos sujeitos sociais especializados no campo urbano capazes de produzi-la e consumi-la.

1.1 A constituição do urbano como problemática

No início da década de oitenta temos um país que, como resultado da modernização capitalista que se acelera com a produção e exportação petrolífera, encontra-se em um processo de consolidação das tendências gerais de urbanização da economia, da política, da ideologia e, conseqüentemente, da população (3). Este processo de mudança caracteriza-se por seu alto dinamismo e pela existência de múltiplos conflitos e problemas deduzidos, de alguma maneira, do tipo de desenvolvimento capitalista, desigual e combinado, que se aprofunda no conjunto da sociedade nacional.

Este rápido processo de urbanização, concentrador e excludente, tende a desarticular a rede urbana nacional com ilimitado crescimento de cidades principais sobre o resto das cidades, povos, vilarejos e sobre o setor agrário; a incrementar os desequilíbrios e desigualdades a todo nível; a evidenciar o crescimento diferencial da tradicional separação entre o comportamento demográfico (por migração e vegetativo) e a dinâmica da economia urbana; a reduzir a ação estatal e, mais propriamente, a acompanhar a reprodução de suas características mais gerais; a incrementar as formas de segregação urbana, etc. Não é casual, portanto, que no interior das cidades se manifestem, com uma força cada vez maior, os problemas urbanos: assim, temos, por exemplo, a ausência de política urbana, o alto déficit fiscal municipal, a insuficiência de equipamentos e serviços coletivos, o incremento galopante do custo de vida, o desemprego, o déficit de habitação, a obsolescência da organização territorial.

A generalização da problemática urbana do local ao nacional, torna-se possível graças ao aprofundamento e às características que assume o processo de urbanização em nosso país. Processo este que se difunde pelo conjunto do território nacional e que adquire características críticas que o convertem em um problema que vive a maioria da população equatoriana e que se coloca como lugar e eixo do novo modelo de acumulação.

O Estado não está ausente deste processo; pelo contrário, não só o acompanha como também o tem aprofundado. A planificação urbana é uma expressão estatal de busca de controle a um processo que em todas as luzes tem-se desalinhavado; através dela pretende-se reconstituir uma legitimidade em perigo. Tal processo assume, deste modo, a condição de problemática com características nacionais. A problemática urbana começa a definir-se desde a sociedade civil e termina legitimada pelo Estado.

1.2 O desenvolvimento das Ciências Sociais

Como contrapartida à constituição do urbano em problemática, paralela e articuladamente, no início da década dos anos oitenta encontramos com as Ciências Sociais consolidadas no país alcançando significativos graus de especialização, institucionalização e profissionalização.

A especialização crescente que se observa nas ciências sociais equatorianas (uma das quais obviamente é a de seu ramo urbano) advem como resultado de um desenvolvimento de novas categorias, conceitos e instrumentos metodológicos que vão garantindo lugar à presença de novos campos e linhas de investigação. É uma etapa que supera as visões "totalizadoras" da realidade, que em seu momento - justo é dizer - foram necessárias para dar sentido de globalidade, justamente, ao processo imediato de especialização descrito.

Em relação ao tema urbano que nos interessa, encontra-se, por exemplo, o território como conceito social, exatamente o que permite dar maior propriedade ao regional, ao urbano, à urbanização e também empreender novos enfoques às velhas temáticas como a reprodução da força de trabalho, as migrações de população, os movimentos sociais.

As Ciências Sociais não podiam escapar da necessária tarefa de entender e abarcar o conhecimento desta problemática em ascensão e inteiramente nova. A investigação urbana, uma das áreas mais recentes das Ciências Sociais no país, assim como provém do desenvolvimento do conjunto do pensamento social, também tem gerado impactos e contribuições altamente importantes ao conhecimento geral, desde sua particularidade. Isto ocorre, por exemplo, na compreensão da problemática do Estado, contribuindo com os estudos sobre os municípios; dos movimentos sociais, com as investigações sobre a organização de bairro; da reprodução da força de trabalho, com os estudos sobre as estratégias de vida e a segregação residencial, entre outros.

Estamos frente à presença de um desenvolvimento das Ciências Sociais que começa a tratar o urbano, a cidade, como variáveis autônomas, como campos independentes de investigação. Processo este que se verifica sob duas vias complementares de aproximação: a partir da generalidade própria das teorias das Ciências Sociais e a partir da realidade empírica desagregada em particularidades que, conjuntamente, vão conformando primeiro temas e logo, já em relação com a teoria geral, um campo de estudo específico. Ou seja, um processo proveniente de aproximações sucessivas que têm na tematização, própria do "desenvolvimento dos acontecimentos", e na teoria geral seus dois extremos iniciais.

A institucionalização das Ciências Sociais tem sido um fator importante no nascimento da investigação urbana. Para tanto, assume um papel fundamental o nascimento de alguns centros autônomos de investigação, o aparecimento de uma nova geração de investigadores formados na conflituosidade urbana imediata, a constituição de novos espaços de difusão, debate e formação.

1.3 A formação dos agentes da investigação urbana

Os agentes da investigação urbana têm seguido um processo de formação lento mas consistente, consonante ao desenvolvimento das Ciências Sociais neste ramo. Entre eles pode-se assinalar as instituições produtoras de conhecimento (privadas, autónomas, universitárias, estatais e internacionais) e os indivíduos diretamente envolvidos na investigação.

Não se pode desconhecer que o processo de formação de investigadores no ramo urbano inicia-se principalmente em nossas faculdades de arquitetura (5), desde princípios da década de setenta (6). Somam-se ainda: o programa de pós-graduação dirigido pela FLACSO, com seus mestrados (o primeiro entre 1979 e 1981 e o segundo entre 1981 e 1983); o IECE, com seu permanente auspício para a capacitação no exterior; e os cursos, trabalhos e seminários de diversas orientações realizados nas universidades e centros de investigação. A capacitação inscreve-se no "marco de uma especialidade (instrumentos, temas, problemas específicos) e com uma sistematicidade (carreiras universitárias, criação de linguagens e vocabulários, etc.)" (Cfr. Verdesoto, 1985) que, finalmente, alimenta o fortalecimento de centros de investigação, canais de difusão e espaços regulares de discussão.

Este conjunto de atividades tem permitido gerar uma oferta de especialistas relativamente significativa embora, por infelicidade, ainda se mostre insuficiente. Sem dúvida, não deixa de ser suficiente para gerar efeitos positivos e desenvolver uma demanda e efeitos importantes a outros níveis, até então desconhecidos. Não é casual que, a partir desse momento, entre outras coisas, se presencie:

a. Um fortalecimento dos centros de investigação especializados na temática urbano-regional e daqueles onde nota-se uma maior preocupação por este ramo (7). Com isto evidencia-se um maior nível de institucionalização da investigação e, portanto, de superação daquela concepção positivista que estabelece o desenvolvimento do conhecimento sobre a base da somatória de experiências separadas.

b. Um incremento das publicações especializadas em temas urbanos como, por exemplo, as editadas pelo Centro de Investigações CIUDAD; além disso, observa-se um reconhecimento explícito à investigação urbana por parte das publicações nacionais (8) e estrangeiras (9).

c. O impulso aos espaços de discussão e debates permanentes, dentre os quais pode-se mencionar as Jornadas Culturais CIUDAD Y SOCIEDAD anualmente realizadas pelo CIUDAD, as Bienais de Arquitetura dirigidas pelo Colégio de Arquitetura do Equador (CAE), os simpósios de desenvolvimento urbano organizados pelo IICT, em Cuenca, e a Universidade Católica de Guayaquil e os inumeráveis seminários internacionais que desde 1980 vêm se realizando (10).

d. Uma maior reciclagem do conhecimento adquirido para a capacitação profissional, a geração de opinião pública e o desenvolvimento de soluções alternativas e contestadoras dos problemas existentes.

Tratando agora de qualificar não a origem da investigação urbana mas, propriamente, o estado em que se encontra na atualidade, poder-se-ia dizer que sua situação é de trânsito para a conformação de um marco teórico (não uma teoria) que defina o campo de investigação

que lhe seja próprio. Em grande parte, essa situação explica o fato de que algumas investigações apareçam como carentes de coerência teórico-metodológica e pouco rigorosas no desenvolvimento de suas exposições; o que não rouba méritos à grande percepção e criatividade com que suprem as deficiências anotadas. Sua manifestação relativamente recente, a magnitude da problemática definida por alguns autores como de crise urbana (Carrión, F. 1984b), e a necessidade de intervir imediatamente sobre ela, tudo isso faz da investigação urbana uma área de estudos quicá mais visivelmente ligada à solução de problemas do que outras disciplinas. Nisto está também outra explicação do porque, aparentemente, tem-se privilegiado as alternativas por sobre o produto acadêmico. Ou seja, a dinâmica da urbanização nacional é tão acelerada que deixa pouco tempo à investigação para deter-se em reflexões sobre suas consistências teóricas, sobre o perigo de ser posta à margem pelos acontecimentos.

Sem dúvida, do tempo dirigido a estes estudos tem-se iniciado um processo de reflexão e discussão teórica que começa a dar seus frutos positivos. Um deles, sem dúvida, refere-se à necessidade de se construir um marco teórico que defina os limites em que se constituem o urbano como um campo autônomo de análise.

A constituição do urbano como objeto teórico de investigação passa necessariamente pela construção de um marco teórico apropriado que, partindo da teoria e dos temas surgidos da realidade empírica, seja capaz de delimitar seu objeto de estudo. É por isso que expositivamente seguimos a mesma lógica: apresentar as vertentes teóricas fundamentais e, logo, reconstruir o processo de definição temática.

2. As vertentes teóricas dominantes

Embora seja sempre forçada a realização de uma classificação teórico-metodológica dos trabalhos de investigação urbana, acreditamos que nesse momento é de suma importância e utilidade procurar, com todos os riscos que implicam exercícios como este, uma demarcação de "fronteiras". Desta maneira poder-se-á obter maior consistência nas investigações e orientar uma discussão que se faz cada vez mais necessária. Apesar da aparente falta de coerência conceitual, é factível distinguir três grandes blocos que, de algum modo, respondem às seguintes vertentes teóricas: a) a estrutural-funcionalista; b) a teoria da dependência; c) e outra em processo de construção que, pelo estado atual, a classificamos como "ecológica" (11).

a) O estrutural-funcionalismo (12), enraizado na teoria da modernização (13), tem, em sua abordagem ao problema urbano, dois caminhos complementares: o primeiro, referente ao processo de urbanização, resolvido pela via das dicotomias contínuos rural-urbano, tradicional-moderno, indústria-agricultura, etc. (14); e o segundo, a respeito do processo urbano, através das formulações contidas na ecologia urbana (15) e na marginalidade social (16). Esta grande corrente tem sua expressão principal nos documentos oficiais. Assim, por exemplo, as propostas de planificação urbana, sobretudo de caráter municipal (17), caracterizam-se pelo objetivo de resolver certas patologias sociais (déficits de serviços, equipamentos, etc.) previamente conhecidas e somente qualificadas pelo diagnóstico no marco de uma funcionalização desejada que ajusta os modelos espaciais à distribuição da população e às funções urbanas principais, aos usos do solo, à segregação residencial, aos meios de consumo coletivo, etc.

Não pode-se desconhecer, que tradicionalmente estes têm sido os estudos que mais informações vêm produzindo; fato que, obviamente, é uma faca de dois gumes. Primeiro, por que toda informação é portadora de uma concepção teórica que lhe dá fundamento, e se tal não é levada em conta pode-se realizar interpretações errôneas. E segundo, porque na realidade, são os estudos que circulam "oficialmente" e, portanto, não são "criticáveis".

Porém, não é só nos planos (*) que se coloca este paradigma. Depara-se também na existência de uma profusa quantidade de trabalhos realizados, complementarmente uns e independentemente outros. Entre estes, por exemplo, os que analisam os "bairros periféricos" de Quito (I. município de Quito, 1983) ou os equipamentos e serviços (U. Católica, 1982). Assim mesmo, dentro do discurso oficial, existe outra variante mais propriamente justificativa do que propositiva, ainda que a mesma encontra-se também como fundamento das proposições de política. É aquela ligada a formulações de tipo neo-malthusiano, que em nada se afastam das concepções gerais estrutural-funcionalistas. Este tipo de acepção pode-se encontrar com suma facilidade nas declarações oficiais das personalidades municipais ou nos editoriais dos principais diários do país. Em última instância, para essa vertente interessa mostrar que o crescimento da população urbana - vegetativo e principalmente migratório (explosão demográfica) - é a causa dos problemas urbanos (déficit de serviços, habitação, emprego, etc.) e de um processo regressivo de "ruralização das urbis" ou "cidades de camponeses" que leva a reflexões tais como "todo tempo passado foi melhor" ou em sua versão mais atualizada "a cidade que nos espera no futuro".

O estrutural funcionalismo tem também uma versão acadêmica muito importante que expressa, pelo menos, através das seguintes linhas e temáticas interpretativas: na **antropologia urbana**, pode-se encontrar desenvolvimentos interessantes nas escolas de serviço social e antropologia, assim como nas investigações de Naranjo (1980), Villavicencio, Gladys (1973) e Burgos (1968). De **geografia urbana**, pode-se mencionar temas como os de *central business district* (Ryder, 1984) ou de organização urbana (Gómez, 1982). Os maiores desenvolvimentos encontram-se nos trabalhos empreendidos nos marcos institucionais do CEDIG, CEPEIGE e IGM. Da **sociologia urbana**, encontram-se os temas que tem dominado o contexto; primeiramente, os dos bairros, principalmente periféricos ou suburbanos (Moser, 1981; Ulloa, 1981; I. Município de Quito, 1983); em prosseguimento, da população marginal (Del Campo, 1973); e, finalmente, do emprego (CEPESIU, 1983).

b) A Teoria da Dependência surge na América Latina como parte da discussão ideológica com respeito ao empirismo, e também como alternativa, e em contestação às versões estrutural-funcionalistas que reduzem o problema dos países periféricos ao contínuo desenvolvimento-subdesenvolvimento. Em tal paradigma depara-se, quando aborda o problema urbano, a mesma diferenciação que realiza o estrutural funcionalismo - porém com conteúdo diferente - em termos de processo de urbanização e processo urbano. Em relação ao primeiro: "a tese central do enfoque sustenta que a urbanização na América Latina é um fenômeno dependente" (Quijano, 1973, 29); A definição do segundo sustenta-se na conceitualização do urbano "em termos de reprodução da força de trabalho e a cidade em termos de unidade desse processo de reprodução" (Castells, 1980, 482) (18). E também sustenta-se na denominada teoria do reflexo para captar a relação entre o social e o espacial (19).

Esta vertente teórica tem alcançado maior impacto no que se refere ao processo equatoriano. Sem dúvida, em relação ao processo de urbanização equatoriano não pode-se desconhecer trabalhos como os de Del Campo (1978), Egas (1974) e Villavicencio, Gaitán (1982), que expressam fundamentalmente uma tomada de posições importantes para o momento em que foram realizados. Ao processo urbano pode-se mencionar os trabalhos de Narváez (1976) referentes à renovação urbana, o de Herdofza (1977) sobre o Centro Histórico.

As duas vertentes teóricas (estrutural-funcionalista e da dependência) muito pouco produziram em nosso país, em termos acadêmicos aceitáveis. Esta evidência explica-se, em parte, pela simultaneidade que apresentam a constituição do urbano como campo importante de análise e a profissionalização e institucionalização das Ciências Sociais no Equador; ou, o que é o mesmo, o urbano aparece como uma das preocupações importantes em fins da década de setenta quando sua evidência é palpável e as Ciências Sociais assim o reconhecem. Ou seja, quando grande parte da crítica a estas vertentes havia se consolidado e já se começava a notar importantes avanços e contribuições em outras direções. Indubitavelmente, é necessário reconhecer a diferença de princípio existente entre a teoria da dependência por ser contestadora, alternativa e mais recente, com respeito à concepção estrutural-funcionalista. Em torno da teoria da dependência continua-se produzindo um volume de trabalhos muito significativo, sobretudo no interior das universidades; porém, é necessário assinalar também, dada a sua duvidosa qualidade e os maus mecanismos de difusão, encontram-se até o momento, relegados ao esquecimento (20).

c) Finalmente, existe uma **terceira concepção** em construção, que, por seu estado atual, denominamos "ecléctica" (21). A crise dos paradigmas teóricos e, conseqüentemente, das aproximações aos problemas urbanos, põe como tônica geral a revisão crítica dos conjuntos das formulações existentes. É um momento de muita riqueza porque demonstra que a teoria encontra-se inacabada, em movimento; mas também crucial já que a construção de um sistema conceitual transita necessariamente pela "importação" crítica de categorias provenientes de distintos marcos teóricos, o que leva ao perigo de se cair em concepções pouco rigorosas e sem coerência. Porém, também implica uma confrontação e debate onde, sem dúvida, ir-se-ão construindo as maneiras de enquadramento e definição interdisciplinar e coletiva do campo de análise.

É uma concepção que começa a tomar corpo no conjunto da América Latina e que parte da situação objetiva de uma problemática urbana que tende a politizar-se continuamente em conseqüência da "crise urbana". Daí a importância que se atribuem a campos tais como o poder local, os municípios, os movimentos de bairro, etc., e a emergência de novos temas com alto conteúdo questionador, como a ecologia, as mulheres, os menores, a qualidade de vida.

Seus postulados não podem ser definidos por um só pensador que finalmente a sintetiza, assim como tampouco podem se caracterizar por uma só forma de aproximação à realidade: têm a combinação de diversas formas, entre as quais vale a pena destacar a confluência da investigação acadêmica clássica com a investigação ação-participativa que vem tomando cada vez mais importância e corpo no "que fazer" indagativo. Sem dúvida, é esta última concepção a que vai adquirindo cada vez mais força e ênfase; integrando, de alguma maneira, o investigador de forma mais direta à problemática e, portanto, tendendo a romper a tradicional separação entre investigador e objeto da investigação (García, 1985; CEP-LAES, 1984; Rivadeneira e Pérez, 1987). Certamente, isso depende também do objeto de investigação e da possibilidade que se tenha para desenvolver este método.

3. Os grandes temas abordados

Dado o estado em que se encontra a investigação urbana no país, é importante analisar o urbano por uma entrada diferente à das teorias. Por isso temos optado por apontar também as novas linhas teóricas pelas quais transitam os grandes temas que aborda e seus processos de constituição.

O processo de urbanização

Iniciamos por este tema na medida em que tem sido um dos mais antigos e que gerou os primeiros questionamentos (22). Isto explica, até certo ponto, por que, com sentido previsor, começava-se a conhecer o que poderiam passar as cidades submetidas a um crescimento desigual, concentrador e excludente; também, por ser uma das características mais relevantes da história recente do Equador. As condições peculiares, a pertinência e a relevância o convertem em um dos temas obrigatórios do debate e investigação sobre o Equador atual. Sem dúvida, em contrapartida, deparamo-nos com o fato do conjunto de estudos realizados não dissimular a realidade deste ainda ser um tema pouco desconhecido. Assim, é escasso o saber de sua origem, natureza, causas e dinâmica; ao contrário, se conhece melhor sua expressão fenomênica final: a concentração e suas sequelas bicefálicas, expostas como os traços mais visíveis do processo de urbanização e quase sempre sob uma posição anti-urbana (23).

Pelo menos dois fatores poderiam explicar tal situação: por um lado, o fenômeno apresenta características recentes, sumamente complexas e com alta dinâmica e, por outro lado, a interpretação alcançada até o momento pelas ciências sociais e em particular pelo pensamento especializado no tema, revela a inexistência de um sistema conceitual que logre explicá-lo com propriedade.

A maioria dos estudos sobre o processo de urbanização no Equador tem como traço dominante a ênfase na concepção ecológico- demográfica (24). Sem dúvida, esta é a corrente mais difundida e, seguramente, a que maiores resultados tem conseguido; o que não significa desconhecer uma de suas maiores limitações : abordar principalmente os traços mais visíveis da urbanização, o que, geralmente, tem conduzido a formulações descritivas e pouco interpretativas do fenômeno. Possui dois extremos claros: um praticamente esgota-se na análise destas variáveis (Carrión, 1986), enquanto outro procura, com distintos resultados, uma explicação genérica e de tipo estrutural (Larrea, 1986 e Riz, 1986). Nos dois casos, a discussão central transita pelos aspectos quantitativos da urbanização nacional que, comparativamente aos padrões e tendências gerais do tipo *rank size correlation* (redes, sistemas, tramas urbanas, primazias, etc.) desenvolvidas nos países centrais ou latinoamericanos, conduzem, nas generalizações, a abordagens anti-urbanas associadas à identificação de patologias, distorções, anomalias.

Também deve-se mencionar as correntes de interpretação estrutural-funcionalista, versão da teoria da modernização (Hurtado) (25), e da teoria da dependência (Del Campo) (26), ainda que muito pouco tenham contribuído no país; sem dúvida, seus estudos são importantes em termos qualitativos já que nos revelam o estado em que se encontrava a investi-

gação naquele momento: a urbanização é tratada tangencialmente como parte de outras preocupações "maiores". Importantes, ainda, por terem o objetivo de estruturar conceitualmente a urbanização como objeto autônomo de análise, coisa que só posteriormente alcançar-se-á pela recuperação da noção de processo na interpretação da urbanização (Carrión, 1986; Deler, 1987).

História urbana

O tema tem merecido a atenção de estudiosos que vêm enfocando-o sob duas grandes perspectivas: em uma **primeira**, o urbano apresenta-se simplesmente como cenário, um lugar onde se expressam parcialmente aspectos colaterais tais como a arte e a arquitetura (Vargas, 1944; Nurnberg, 1982); os acontecimentos libertários, a fundação de cidades (Descalzi, 1979) ou a cotidianeidade recolhida por literatos ou fotógrafos.

Em uma **segunda**, aborda-se o urbano como objeto histórico e da história, sem que todavia se delimite claramente esta diferenciação. A este respeito, o seminário "As Cidades na História" (Kingman, 1987) teve a virtude de colocar a necessidade de salvar teórica e empiricamente esta conjuntura. Neste sentido, pode-se dizer que ele significou um marco dentro da investigação urbana com respeito ao tema. E, ainda, na medida em que evidenciou, a presença de historiadores cientificamente formados, representando uma nova geração de jovens investigadores que promete resultados importantes para o futuro (27).

Nesta segunda perspectiva, podemos encontrar um conjunto de trabalhos referentes a uma ou várias cidades, bem como a aspectos parciais de cada uma delas. Mencionemos, por exemplo, o estudo de Kingman et. al. (1984), que pretende uma análise comparativa entre as cidades de Quito, Guayaquil e Cuenca; o estudo de Carpio (s/d) sobre as etapas do crescimento da cidade de Cuenca, o de Achig (1983) e Carrión (1985) sobre a cidade de Quito, onde, ainda que tenham enfoques distintos, tratam o urbano historicamente; o de Hamerley (1973) sobre Guayaquil. Também podemos mencionar estudos sobre aspectos parciais de certas cidades; por exemplo, a respeito de alguns bairros (Estrada Icaza, s/d), dos centros históricos (Hardoy, 1984; Pauta, 1980) ou de algumas organizações de caráter urbano (Rodríguez e Villavicencio, 1982).

Sem dúvida este é um campo em que muito está por se fazer, sobretudo quanto a trabalhos de investigação em períodos específicos e com informação primária (arquivos, documentos, etc.); mas vem alcançando ao menos duas conquistas de suma importância: a da especificidade do urbano na análise histórica e, por outro lado, o começar a captar o urbano como processo, o que evidencia a superação dos esquemas tradicionais, evolucionistas, lineares ou de etapas previsíveis.

Estrutura urbana

O tema da **estrutura urbana** tem sido também privilegiado pelos investigadores e tem mostrado, com o passar do tempo e o desenvolvimento do conhecimento, grande progresso com respeito à forma de entendê-la e concebê-la. São investigações que vão desde uma lógica organicista de compreender a cidade (Jones, 1949; Paz e Miño, 1960), passando pela segregação e a estrutura urbana (Carrión, D. et. al. 1972; Narváez, 1976), até chegar a en-

tendê-la como processo (Carrión, F. 1985). Dentro desta temática também pode-se perceber a compreensão de aspectos parciais ao conjunto da estrutura urbana, referentes, por exemplo, a centralidade urbana (Carrión, F. 1983; Arizaga et. al. 1984), aos bairros como fenômeno urbano (CIUDAD, 1982) ou a certos elementos que participam da estrutura urbana, v. gr. o comércio (Cazamajor, 1984), as políticas municipais (Torres, 1985), etc.

"Marginalidade urbana"

Outro dos temas tradicionalmente abordados em nosso país, a marginalidade urbana tem sido concebida principalmente através de dois eixos centrais: o do emprego urbano (Placencia, 1985; Kritz, 1982) e o dos bairros e habitação popular (Moser, 1985). Finalmente, a investigação tem desembocado por um lado, nas formas e grau de exploração da força de trabalho, nos mecanismos de reprodução e estratégias de sobrevivência (Férez, 1985; León e Unda, 1985); e por outro lado, nos movimentos reivindicativos urbanos (Jácome, s/d; García, 1985; Unda, 1985).

Não é demais recuperar o caminho percorrido. A crítica à teoria da marginalidade inicia-se com os trabalhos pioneiros desenvolvidos em Guayaquil, Esmeraldas, Puerto Bolívar, etc., sobre o "estrato popular urbano". Se bem que estes estudos não lograram ultrapassar a parte descritiva da investigação e o tipo de análise marginalista, trouxeram, em troca, um conhecimento empírico sobre alguns traços desconhecidos da problemática e, sobretudo, iniciaram a discussão das implicações da análise marginalista no Equador (Del Campo, 1973; Jácome e Martínez, 1980). Os desenvolvimentos rapidamente deram conta de novos avanços, onde vale a pena mencionar, entre outros, os estudos que visualizaram a relação política destes setores com o Estado, seja através das distintas interpretações sobre o populismo (Quintero, 1980; North, 1985) e/ou através das diversas formas de clientelismo (Menéndez, A., 1986; Lesser, 1987). Porém, tampouco pode-se deixar de mencionar o avanço que significa, dentro de concepções liberais da economia, os desenvolvimentos potenciais que se anunciam ao redor da definição da "informalidade urbana" trabalhada por de Soto (1987) para o Peru.

Políticas urbanas

O tema, tradicionalmente concebido como exclusivo da planificação, vai cedendo lugar a um progressivo processo de politização da temática, onde não estão ausentes a intensificação dos problemas urbanos de nossas cidades e o processo concomitante da reivindicação social por melhorias (28). Em um primeiro momento será exclusivamente a apresentação descritiva do conteúdo dos planos elaborados para as cidades (Méndez, s/d; Peralta, 1979), enquanto posteriormente passará a uma crítica dos mesmos e à institucionalidade desenvolvida (Carrión, D., 1985 b). Porém, a partir de um determinado tempo desenvolve-se uma visão diferente do tema da política urbana, que se inscreve na lógica do poder (como poder local) e na lógica do Estado (como organismo municipal). Aqui pode-se encontrar trabalhos como o de Torres (1985) sobre os municípios, os de Carrión, F. sobre a política financeira do município de Quito (1987) e do poder local em cidades médias (1985), bem como os de Chiriboga (1983) e Verdesoto (1980) sobre o poder local visto mais propriamente a partir da perspectiva agrária ou regional. Sem dúvida esta é uma temática onde seguramente concentrar-se-á grande parte do debate futuro sobre o urbano.

Economia urbana

O tema tem, apesar da grande importância que reveste, muitas indefinições. Uma delas, de alguma maneira, está na impossibilidade de conciliar a diferença existente entre a localização das atividades econômicas nas cidades (urbanização da economia) com o que explica realmente o movimento econômico das cidades (economia urbana). Sem dúvida, existem certas linhas que começam a dar consistência e continuidade a esta temática; como, por exemplo: a) a busca de explicação do desenvolvimento urbano a partir de certas funções urbanas predominantes, como o caso do trabalho de Bromley (1980) com ênfase na atividade comercial; b) a série de estudos que vêm se desenvolvendo sobre o mercado de trabalho urbano, sob distintas óticas, dentre os quais pode-se citar Farrel (1982), Tockman (1985) e PREALC(1976), entre outros; c) um grande esforço de reinterpretação da lógica de reprodução da força de trabalho, que vem desenvolvendo Pérez (1985), onde apresenta-se como pano de fundo a necessidade analítica de se encontrar a justa articulação entre duas instâncias aparentemente diferenciadas de relações: a fábrica e o bairro ou a cidade; d) tampouco pode-se desconhecer os trabalhos que buscam encontrar a lógica da implantação territorial das atividades econômicas como, entre outras, a de mercados e feiras, estudada por Cazamajor (1984).

A habitação

O tema da habitação, que no conjunto da América Latina teve muita importância desde a década de sessenta, somente agora começa a ser motivo de preocupação séria e a tomar consistência no país. A temática tem evoluído aceleradamente desde concepções puramente quantificadoras do déficit, onde nem sequer apresentam-na como o fator dominante e principal do problema, mas sim como se sua explicação se esgotasse em si mesma (JUNAPLA, s/d), até vê-la como uma "questão", em que se combinam, sob uma ótica metodológica diferente, componentes tais como: a) a magnitude do problema da habitação (De la Batista, 1984); b) os mecanismos de acesso ao mercado da terra (Valencia, 1984; Oquendo, 1983; Carrión, D., 1985); c) as características das formas tradicionais de construção e tecnologias para o campo (Pérez, et. al., 1984) e para a cidade (Larrea, et. al., 1985); d) as condições em que se definem as políticas estatais da habitação (Aguirre, 1984; Villavicencio, 1981). O exemplar monográfico da Revista "Equador Debate" número 10 (1986) mostra-nos, além de uma concepção estrutural mais elaborada, dois fatos importantes: por um lado, o expressivo vazio que se encontra na análise da parte econômico financeira da "questão" e, por outro lado, o fato da temática não ter ficado unicamente no campo da análise ou das interpretações críticas, mas estar dando um salto em direção a busca de alternativas e soluções.

Temas novos

Finalmente, assinalaremos alguns dos temas de data recente. Previamente, uma pequena digressão para remarcar a importância que tem a emergência destes novos temas: a cidade foi concebida até pouco tempo como o resultado exclusivo de um eixo interpretativo único: a habitação. Hoje em dia tal situação não mostra-se aceitável sob nenhum conceito; o que, de certa maneira tem nos mostrado duas situações altamente importantes e relacionadas: po-

rum lado, que é o próprio desenvolvimento da reflexão urbana que vai exigindo novos enfoques interpretativos sob múltiplas entradas; e, por outro lado, que o processo voltado à aprofundar o conhecimento tem conduzido à conformação de um objeto de investigação autônomo com características próprias.

Pode-se dizer que a problemática urbana está "rachando-se" em múltiplas temáticas que começam a definir, desde a totalidade, uma nova forma de encarar suas determinações. O processo de conhecimento tem superado aquelas posições que expressam um pensamento linear, unicausal. É por isso que não se trata de uma somatória de novas temáticas que definam o urbano mas, fundamentalmente, de uma nova posição na ordem teórico-metodológica. Este fato avaliza nossa abordagem de que encontramos-nos em uma fase de constituição do marco teórico do urbano equatoriano.

Atualmente assistimos a uma proliferação de novas temáticas que levam à reconstrução do urbano. Temas que começam a abordar a problemática urbana segundo extratos de **população por idade**: menores (Vásconez, 1985; De la Batista, 1985), jovens (Verdesoto, 1985). Ou segundo a **condição de sexo da população**: a mulher, porém não em abstrato mas, pelo contrário, ligada ao bairro, ao abastecimento, à organização social: sem dúvida é o CEPLAES que tem, em termos institucionais, alcançado as conquistas mais interessantes; pode-se mencionar suas publicações sobre a saúde (1984) e a alimentação (1985) bem como as reflexões realizadas por Prieto (1985) ao estabelecer um balanço geral da situação. Deve-se ressaltar o peso que vai assumindo a temática da **violência urbana** e do **cotidiano** no entendimento das relações entre bairros e frente ao Estado: a este respeito pode se assinalar o trabalho de Verdesoto (1985 c) sobre o "despotismo" e a violência, o de Malva Espinoza (1983) sobre o cotidiano e o horizonte político popular. A **ecologia** vai adquirindo cada vez mais ênfase, sobretudo em resultado desta série de desastres naturais vivenciados em nossas cidades (Garcia, 1984), com caráter previsor frente ao futuro que se apresenta para o crescimento urbano (NATURA, 1981) ou como reivindicação urbana (Unda, 1985). Também pode-se assinalar a temática da **socialização urbana** na constituição da cidadania que, sem antecedentes prévios no país, Allou (1985) desenvolve para a cidade de Santo Domingo de los Colorados, a temática do transporte, que evolui da engenharia à mobilidade urbana (Vásconez, 1985), chegando a ser vista metodologicamente como condição geral da produção (Garcia, 1983).

4. Reflexões gerais

É importante destacar que, apesar do escasso tempo que medeia entre a origem da investigação urbana e sua situação atual, o balanço que se pode extrair é altamente positivo, não somente em termos da quantidade de trabalhos realizados, mas também pela qualidade e coerência que começam a mostrar. Não deve passar desapercibido o fato de que grande parte dos textos citados foram publicados durante o último ano, o que demonstra a importância crescente que vem adquirindo este ramo das Ciências Sociais. De igual maneira, não pode-se menosprezar o destacadíssimo lugar que a investigação urbana tem hoje no debate político-ideológico nacional, onde, indubitavelmente, está contribuindo constantemente.

Evidentemente, esta versão otimista não esconde, entre outros aspectos, os desnveis existentes em relação ao resto das Ciências Sociais e, ainda, em termos "territoriais", com as óbvias consequências que isso implica para o conhecimento global. Ou seja, apesar do indubitável desenvolvimento alcançado, não pode-se, desconhecer o atraso relativo que apresentam os estudos urbanos, bem como seu desenvolvimento heterogêneo.

Um primeiro estudo que indague a relação entre investigação acadêmica e propostas estatais leva-nos à conclusão de que esta é tão débil a ponto de deixar a impressão, ao menos em um primeiro momento, de que os desenvolvimentos teóricos alcançados pelas Ciências Sociais não teriam utilidades práticas. Ou, o que é o mesmo, de que a investigação acadêmica vem alcançando uma atuação marginal nas formulações de políticas, chegando-se à situação extrema da possibilidade de serem vistas como competitivas.

Sem dúvida, se se analisa a evolução das propostas estatais pode-se perceber uma presença maior das variáveis territoriais na formulação de seus planos, o que de modo algum deve levar-nos à conclusão de que tenham pretendido estruturar uma política de urbanização a nível nacional. Sem dúvida, cabe assinalar que expressam também um desenvolvimento substancial na importância designada à problemática urbana: de um predomínio absoluto das técnicas de programação global, planificação setorial (JUNAPLA, 1964), chegando ao reconhecimento da problemática urbano-regional (CONADE, 1980).

É claro que os estudos urbanos ainda não têm uma cobertura de âmbito nacional, nem tampouco um desenvolvimento uniforme aonde se apresentam. Em geral, pode-se afirmar que é em Quito onde tem-se alcançado o maior nível de investigação e que, como consequência lógica, é a cidade mais conhecida e estudada no país. Em contrapartida, e paradoxalmente, Guayaquil, a cidade equatoriana que maior quantidade de problemas urbanos apresenta, a maior cidade do país, a que tem uma vida econômica altamente diversificada, é também a que menos conhecemos.

A respeito das cidades médias e pequenas, recentemente presencia-se um importante interesse em estudá-las, o que, em última instância, reflete uma mudança de atitude na investigação urbana e, em muitos casos, inclusive de concepção. Duas têm sido as formas de aproximação à temática das cidades médias e pequenas: uma, que concebe as mesmas a partir da generalidade e/ou inscritas no processo de urbanização nacional (Collin Delavaud, 1973; Carrión, F., 1986; Larrea, 1986) e outra, através dos estudos de caso, tanto intra-urbanos (Allou, 1986; Pauta, 1985) como em seu contexto regional (Ojeda, 1979; Larrea, 1985). Neste conjunto de cidades, Cuenca sobressai como a mais estudada; isto se explica, em grande medida, e vale a pena remarcá-lo, pelas atividades empreendidas e desenvolvidas por dois institutos de investigações universitárias: o Instituto de Investigações Científico-Técnicas (IICT) e o Instituto de Investigações Sociais (IDIS)(29).

Tampouco pode-se desconhecer, por outro lado, o desequilíbrio que existe com respeito a outras áreas de conhecimento. Isto provém de sua presença recente no contexto das Ciências Sociais nacionais. Tal constatação não significa que na qualidade, dado seu notável desenvolvimento, não tenha alcançado um alto nível acadêmico e que o desequilíbrio não tenda a diluir-se com o próprio avanço do conjunto das Ciências Sociais. Nesta perspectiva

inscrevem-se, por exemplo, a tendência crescente para a urbanização de uma boa parte das temáticas de análise social e a nova visão que se apresenta pela releitura de textos anteriormente considerados exclusivos a um ramo específico e onde hoje, graças ao avanço do pensamento social, descobrimos muitos aspectos urbanos tratados colateralmente. Ou seja, na atualidade, pelo fato do país estar deixando de ser predominantemente agrícola - e como tal concebido -, porque efetivamente o eixo de explicações nacionais tem-se transferido para as cidades, porque as Ciências Sociais tem-se desenvolvido notavelmente nestes últimos anos, etc., as diferenças e o desequilíbrio com respeito a outros ramos das Ciências Sociais tende a reduzir-se cada vez mais.

É um processo que também começa a redefinir-se a partir do urbano; como, por exemplo, o processo de diversificação profissional que acompanha o do tratamento da questão urbana. Do mesmo modo que a temática urbana tem sofrido um alto grau de especialização é possível também constatar que o que um dia foi patrimônio exclusivo dos arquitetos (30), hoje tem deixado de ser e vai-se transformando em um campo que obrigatoriamente deve ser entendido interdisciplinariamente. Isto significa que a problemática urbana começa a tomar consistência teórica, na medida em que tem alcançado um processo de fragmentação temática e profissional, articulado em um corpo conceitual global em construção.

Desta maneira, podemos assinalar que a investigação urbana no país transita para a construção de um marco referencial que se expressa, finalmente, em duas escolas que tendem paulatinamente a conformarem-se e delimitarem-se: uma encara sua atividade como parte de um projeto contestador mais global em que estão imersas, preferencialmente, disciplinas como a sociologia, as ciências políticas, a economia; ao passo que a outra apresenta-se como mais funcional ao sistema e com aparência de ser mais técnica, propositiva e utilitária que a anterior e apoiada nas correntes da geografia, economia e sociologia.

Finalmente, convém fazer alguns esclarecimentos com respeito ao caráter desta primeira aproximação analítica da investigação urbana no país. A demarcação de fronteiras por vertentes teóricas tem sido feita com o propósito de buscar sistematicidade e coerência nos trabalhos de investigação futura, reconhecendo o quão arriscado é desenvolver classificações e, ainda mais, a complexidade que significa desentranhar, de proposições implícitas, uma ordenação explícita. A finalidade que perseguimos ao apresentar complementarmente as temáticas principais possibilita-nos, sob uma entrada metodológica diferente, não só ordenar teoricamente os estudos realizados, mas ainda conhecer o avanço que a concepção global do urbano vem conquistando através do desenvolvimento de cada um dos componentes principais em que se decompõe: as temáticas. Isto implica dizer que neste processo voltado a aprofundar o conhecimento tem-se descartado as concepções uni-causais (v. gr. cidade = habitação) e caminhado para um enfoque multivariado mais complexo, porém mais próximo à definição do objeto de estudo.

NOTAS

(1) A referência dos textos citados encontra-se resenhada no item 3

- (2) "...na última década o Equador tem-se convertido em um país onde as cidades são já o habitat predominante da luta política. São também o lugar principal do jogo político no marco institucional democrático-liberal que nos rege. Em certo sentido, então, o ponto de vista predominante das ciências sociais muito pouco tem-nos preparado para isso." (Quintero, 1985)
- (3) A população urbana tem um crescimento sem precedentes que vai de 28% em 1950, 36% em 1962 e 41% em 1974, para 49,6% em 1982. Isto significa que, na atualidade, e mantendo o ritmo de crescimento que se observa, existe um predomínio da população urbana sobre a rural.
- (4) O fato de ser dinâmica sua visão de cidade não significa, sob nenhum aspecto, que use uma concepção histórica. O futuro que encerra a possibilidade de transformação da "situação atual" é muito importante.
- (5) O fato de que se origine nas faculdades de arquitetura e seja impulsionado por arquitetos introduz algumas complicações e também algumas virtudes. Entre elas, por exemplo, a necessidade de se ultrapassar uma forma de pensamento estruturada a partir da categoria espacial – como proposta (desenho) – que, finalmente, se expressa mediante formas gráficas próprias da geometria euclidiana e que, por extensão e por diferença de escala, pode igualmente propor-analisar um edifício, uma cidade, uma região e um país.
- (6) Este período será eufemisticamente estigmatizado com o qualificativo de "sociologização da arquitetura". Na realidade, buscava-se desprestigiar uma alternativa social diferente para a profissão, frente a outra, de tipo empresarial, hoje dominante, como saída à crise do exercício liberal e de suas relações sociais.
- (7) Pode-se assinalar o Centro de Investigações CIUDAD em Quito, o CERG (Centro de Estudos Regionais em Guayaquil), o Instituto de Investigações Científico-Tecnológicas (IICT) de Cuenca, entre os primeiros, e o Centro Andino de Ação Popular (CAAP), Centro de Estudos e Planificação Econômico-Social (CE-PLAES), Centro Equatoriano de Investigação Geográfica (CEDIG), Instituto de Investigações Sociais (I-DIS), Centro de Promoção e Emprego para o Setor Informal Urbano (CEPEIU), entre os segundos.
- (8) Como, por exemplo, os números monográficos das Revistas **Ciencias Sociales** (Vol. IV, 13, 1981), **Ecuador Debate** (nº 7 e 10 de 1985), **CEDIG, Documentos de Investigación** (nº 5, 1984), assim como artigos das revistas: **Cultura** (Banco Central do Equador), **CEPEIGE** (Centro Panamericano de Geografia e História), **Economía y Desarrollo** (Instituto de Investigações Econômicas), **Trama**, Revista de Arquitetura, etc.
- (9) A investigação urbana nacional tem alcançado reconhecimento internacional através de publicações patrocinadas por organismos internacionais como a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP), o Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), o Programa Latinoamericano de Población (PROLAP), ou por publicações de outros países, entre as quais pode-se mencionar as revistas **España e Debates** (Brasil), **Ciencias Sociales** (México), **Medio ambiente y urbanización** (Argentina), **Foro** (Colômbia), entre outras.
- (10) Durante este último quinquênio realizaram-se não menos do que três eventos internacionais por ano, em média.
- (11) Ao pé de página figurarão, na forma de referências bibliográficas, os autores que personificam de melhor maneira cada uma das concepções. Isto é feito com a finalidade de que se possa recorrer, caso o leitor necessite, às fontes primárias. Os textos citados entre parênteses correspondem aos estudos nacionais e suas fichas bibliográficas apresentam-se no item 3.
- (12) PARSON, Talcott, *Ensayos de Sociología*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1967.
- (13) GERMANI, Gino, *Sociología de la Modernización*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1969.
- (14) DORSELAER e GREGORY, *La urbanización en América Latina*, ED. Peres, Friburgo, 1962.
- (15) A ecologia urbana, desenvolvida principalmente em Chicago na década de 20, pode ser considerada, segundo Remy e Voye (1976), como a criadora da Sociologia Urbana. Em última instância, define-se através de três ordens, a saber : a **ecológica** (conotação espacialista para a construção empírica de zo-

nificações, segregações, etc.), a **natural** (formação espontânea – por oposição à regulação social, à planificação – de “áreas naturais” que classificam funções e populações) e a **moral** (constituição de uma ordem cultural proveniente do encontro de uma sociedade mecânico-rural com uma orgânico-urbana), mutuamente interconectadas. Este modelo clássico tem sofrido algumas transformações em sua aplicação recente no país, porém, em todo caso, não se modifica em sua essência. Cfr. PARK., et al., *The City*, Ed. University of Chicago, Chicago, 1925.

- (16) A teoria da marginalidade nasce nas cidades latinoamericanas com o intuito de explicar o problema urbano surgido a partir do pós-guerra quando o processo de urbanização torna-se agudo na América Latina. Em primeiro lugar, serão os bairros populares, situados nas **margens** (acepção ecológica), os que serão considerados marginais e o serão, principalmente, por provirem da ruptura da propriedade privada, mediante as invasões, e de núcleos de formação recente (migrantes) com características “subnormais”. Como empiricamente o problema mais visível era a habitação, pouco a pouco esta variável foi se convertendo no fator explicativo da marginalidade e da cidade. Posteriormente, e por acréscimo, desenvolveu-se a situação marginal com novos elementos (emprego, participação, déficit, etc.) até converter-se em uma definição empírico-descritiva que sintetizava a soma ou as partes de um conjunto de características que, em última instância, decifravam a pobreza de uma alta porcentagem da população. Portanto, a marginalidade é um fenômeno social inscrito na relação de vários elementos e no conjunto da sociedade que define os graus de integração próprios a cada um destes. Cfr. DESAL, *La marginalidad en America Latina*, Santiago, 1969; também pode-se revisar textos críticos como os de Quijano, Num, Kowarick, etc.
- (17) Seguindo a Ledrut (1968), entendemos a planificação urbana a partir de seu objeto político, isto é, como um “meio de controle social da ordem urbana”.
- (18) Se bem que o desenvolvimento teórico realizado por Castells e seus seguidores não é dirigido para os países periféricos, o incorporamos dentro desta vertente por dois motivos centrais: um, por que provém da mesma matriz teórica, e outro, porque tem desenvolvimento simultâneo na América Latina, como se fossem o mesmo; CASTELLS, Manuel, *La Cuestión Urbana*, Ed. Siglo XXI, 1980.
- (19) Castells assinala que o processo que estrutura o espaço é que concerne à reprodução simples e ampliada da força de trabalho. As unidades urbanas seriam em relação ao processo de reprodução o que as empresas são em relação ao processo de produção. As cidades são unidades de organização do consumo. Os meios de consumo são produzidos pelo Estado, portanto, são de caráter coletivo. A tendência permanente que mostra o capitalismo para que tal situação possa se dar gera a crise urbana e os chamados movimentos sociais urbanos.
- (20) Esta evidência leva-nos a pensar na necessidade de se conhecer o que se tem produzido em instituições como universidades, organismos estatais, centros de investigação, etc. Ou seja, na necessidade de se realizar uma “investigação da investigação” direcionada para o resgate de estudos inéditos e para um aprofundamento maior que o da presente antologia. Isto não só em termos de “saber o que se tem feito”, como também enquanto mecanismo de recuperação de informação e de eventuais contribuições ao conhecimento.
- (21) Por seu estado atual a definimos como “ecclética” na medida em que a possibilidade de síntese é múltipla. Em realidade não é a melhor definição, dado a carga de valor pejorativo de que é portadora. Sem dúvida, deve-se assinalar que inscreve-se nas correntes marxistas de pensamento que não vêem a sua matriz conceitual como algo acabado, dogmático e sectário.
- (22) Os maiores desenvolvimentos podem ser captados através de trabalhos como os de Kowarick (1984), em que propõe o conceito de “espoliação urbana”; de Rodriguez (1986), que chama a atenção para a utopia da “cidade democrática”; de Hardoy, que fundamenta a necessidade de “re pensar a cidade latinoamericana”; de Calderón (1984), que incorpora o problema “étnico”, entre outros.
- (23) Geralmente associa-se urbanização a concentração e esta última é analisada sob preceitos morais (boa ou má), estáticos e ahistóricos que em nada contribuem ao conhecimento da problematização.
- (24) Para a concepção ecológico-demográfica clássica (T. H. Eldrige, 1956) o processo de urbanização é definido nos seguintes termos: “Como um processo de concentração da população através da multipli-

cação dos pontos de contração e do incremento no tamanho da concentração individual". Ou seja, a concentração da população segundo um limite de densidade e tamanho. Este enquadramento geral tem-se desenvolvido com outros componentes como o critério administrativo (que serve de base para os censos nacionais) ou o denominado de "base econômica", que surge da formulação de um índice extraído da relação que se estabelece entre a atividade da população economicamente ativa (PEA) segundo os distintos setores da economia e certas escalas territoriais.

- (25) Em termos gerais esta concepção combina com a definição ecológico-demográfica e a sociológica ou culturalista, entendendo o processo de urbanização como "a passagem ou mutação de um estilo de vida rural a um estilo de vida urbano" que pode "verificar-se de duas maneiras ou etapas: i) no crescimento das cidades existentes e na criação de novas cidades, ii) na extensão do estilo de vida urbano às áreas rurais que as circundam" (Dorselaer e Gregory, 1962).
- (26) Segundo a definição de Quijano, que é a mais próxima à de Del Campo, a urbanização "consiste na expansão e modificação dos setores urbanos já existentes na sociedade, conseqüentemente tendendo a alterar as relações urbano-rurais dentro delas, condicionando e estimulando mudanças correspondentes nos próprios setores rurais. Estas tendências não se produzem somente na ordem ecológico-demográfica, senão em cada uma das várias ordens institucionais em que pode ser analisada a estrutura total da sociedade, v. gr. econômica, ecológico-demográfica, social, cultural e política. Trata-se de um fenômeno multidimensional que é uma das expressões maiores do processo de mudança de nossas sociedades". (Quijano, 1968)
- (27) Nos anais do Seminário existe um estudo introdutório de Kingman e Carrión onde se analisa com maior detalhe e profundidade não só as contribuições apresentadas no evento, como também um "balanço do estado da temática".
- (28) Os "planos" que tão profusamente se desenvolveram sob o *boom* do petróleo, deveriam ser recuperados, tendo em vista a grande cobertura urbana que mostraram, em uma dupla perspectiva: por um lado, como fonte secundária de informação, na medida em que contém uma quantidade importante de dados e conhecimentos, e, por outro lado, como fonte primária de informação, na medida em que pode e deve se estudar as propostas, discursos, conclusões, interpretações etc. ali contidos. Ou seja, este caso também merece uma investigação particular sobre os diagnósticos, as propostas e suas conseqüências.
- (29) E isto é tanto mais merecedor se se leva em conta a luta que têm que enfrentar em um contexto onde a consultoria lucrativa tem alcançado níveis elevados de rentabilidade, a tal ponto da concorrência tornar-se quase impossível.
- (30) Há uma corrente teórica que trata o urbano como extensão da habitação, como se existisse apenas uma diferença de escala entre eles. Por esta via, entende-se que a arquitetura seja a disciplina encarregada do estudo das cidades e explica-se por que a maioria dos cursos de pós-graduação em Planificação Urbano-Regional nasceram nas faculdades de arquitetura e foram concebidos principalmente para arquitetos.

ABSTRACT

In an attempt to evaluate recent contributions to the construction of a conceptual framework which aims to define the specific in this field of urban studies, the author presents a theoretical and topical overview of urban research in Ecuador.

The essay reviews research efforts since the end of the 1970s and tries to understand current studies within that nation's historical context, which is experiencing a process of capitalist modernization. The current situation of urban research in Ecuador is approached through a classification of theoretical perspectives and a reconstruction of the selection process of urban themes.